



UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Faculdade Nacional de Direito

Departamento de Direito Social e Econômico

Direito Processual do Trabalho

Prova de Monitoria

Informações e critérios de correção

Questão:

A Constituição Republicana, de 1988, assegura que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” (art. 5º, XXXV), bem como garante gratuidade de justiça àquelas e àqueles que possuam insuficiência de recursos para litigar. A Lei 13.467/2017 alterou vários dispositivos da CLT incidindo de forma especial nas garantias de acesso à justiça em relação às trabalhadoras e aos trabalhadores. Considerando os princípios cidadãos da Constituição de 1988 e os princípios do direito processual do trabalho, disserte sobre o acesso à justiça à luz da Reforma Trabalhista de 2017.

Critérios para avaliação:

- a) Discussão/abordagem ampla do direito ao acesso à justiça e sua relação com as mudanças efetivadas pela Reforma, refletindo sobre os diferentes impactos das mudanças na seara processual trabalhista e no mundo do trabalho, com atenção à situação dos e das trabalhadores/as.
- b) Indicação e explicação de mudanças efetivadas pela Lei nº 13.467/2017 que se relacionam com o direito ao acesso à justiça, podendo contemplar, dentre outras, as seguintes mudanças:
 1. Mudanças no art. 8º da CLT;
 2. Mudança do art. 11 da CLT;
 3. Mudanças no art. 790, § 3º e § 4º, da CLT;
 4. Mudança no art. 790-B da CLT;
 5. Mudança no art. 791-A, *caput* e § 4º, da CLT;

6. Mudança no art. 844, §§ 2º e 3º, da CLT;
 7. Mudanças no art. 899, §§ 9º, 10º e 11º, da CLT.
- c) Indicação e explicação de princípios constitucionais e peculiares do Direito Processual do Trabalho, com atenção aos princípios da seara justralhista que se conectam com o acesso à justiça, tais como: princípio da proteção processual; princípio da finalidade/função social do processo; princípio da busca da verdade real; princípio da indisponibilidade; princípio da conciliação; princípio da informalidade; princípio da simplicidade; princípio da oralidade; princípio da celeridade)
- d) Citação da ADI 5766 que debateu as violações ao acesso à justiça dos/das trabalhadores/as pela Reforma Trabalhista.